

ELEIÇÃO DE 1982 LEVOU GOVERNO MILITAR A ADIAR IDA AO FMI

Temendo derrota em novembro, Figueiredo demorou a pedir socorro

DANILO FARIELLO

danilo.fariello@bsb.oglobo.com.br

ELIANE OLIVEIRA

eliane@bsb.oglobo.com.br

-BRASÍLIA- Setembro de 1982: mesmo com o país em situação de insolvência, o governo militar adiou por três meses o início das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para não prejudicar o resultado das eleições de governadores e deputados federais em 15 de novembro, as primeiras depois da abertura política. A opção do governo comandado pelo general João Figueiredo de submeter a economia ao calendário político e a irritação dos credores internacionais com a demora do Brasil em buscar o socorro do FMI está registrada no livro "The Silent Revolution — The International Monetary Fund 1979-1989" (A revolução silenciosa — O Fundo Monetário Internacional 1979-1989) e foi confirmada por um dos personagens daquele momento histórico: o então presidente do Banco Central (BC), Carlos Langoni.

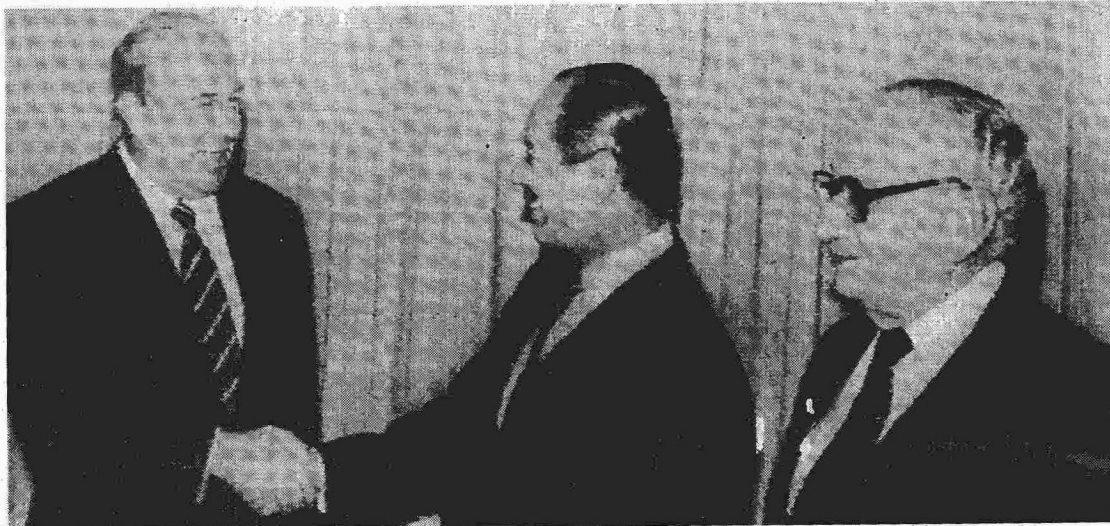
"Por três meses, após o início da crise, a política no Brasil ficou congelada pela proximidade das primeiras eleições gerais parlamentares no país desde que os militares assumiram, em 1964. Mas os credores não tinham paciência para o calendário político", diz um trecho do livro.

— Sem dúvida, houve decisão de segurar o acordo com o FMI, que era inevitável — afirmou Langoni ao GLOBO.

Passadas as eleições, o governo procurou o Fundo, em uma condição mais precária. Até o fim da negociação, em setembro de 1983, o Brasil sobreviveu com empréstimos-ponte, sobretudo do Tesouro dos EUA, que já havia liberado, no fim de 1982, US\$ 1,5 bilhão.

Documento confidencial do FMI sobre o Brasil, de novembro de 1982, obtido pelo GLOBO mediante a Lei de Acesso à Informação, mostra que o organismo considerava preocupante a situação: "O balanço de pagamentos para 1982 é estimado para fechar com um déficit global de SDR 700 milhões. Entre janeiro e agosto de 1982, no Brasil as reservas internacionais brutas caíram quase SDR 500 milhões e, com base em estimativas das autoridades brasileiras, é estimada queda de SDR 1,1 bilhão para o ano todo."

O valor da SDR é determinado em dólares pelo FMI, com base em uma cesta de divisas. Em



Acordo. George Shultz (à esquerda), secretário de Estado dos EUA, o ministro Galvêas e o chanceler Saraiva Guerreiro

fevereiro de 1982, antes da moratória do México, o governo boliviano pediu ao Brasil para interceder pelo país junto ao FMI, segundo telegrama do Itamaraty. A Bolívia acreditava que o Brasil tinha mais acesso ao Fundo.

FED PEDIU A CREDORES AJUDA PARA O BRASIL

Naquele ano, o Brasil tentava difundir lá fora a imagem de que era diferente do resto da América Latina, já em colapso. Segundo Paul Volcker, então presidente do Federal Reserve (Fed, o BC americano), ainda em setembro Langoni tentou convencê-lo de que o país não quebraria:

— O Langoni me disse que o Brasil estava acahado após o calote do México e que não deveria me preocupar, porque a situação era diferente. Mas eu estava preocupado, e estava certo — disse Volcker ao GLOBO.

Na verdade, o Brasil sabia que a situação era insustentável. Pelo menos o responsável pelas reservas internacionais no BC na época, Carlos Eduardo de Freitas, apontava periodicamente esse risco. Segundo ele, que também reconhece pressões políticas para postergar a ida ao FMI, não faltava informação sobre a situação do país.

Semanas após o encontro entre Volcker e Langoni, as autoridades brasileiras voltaram aos EUA em busca de ajuda. Para o FMI, o Brasil era "grande demais para quebrar". Assim, no fim de 1982, dez bancos americanos concordaram em aportar recursos para cobrir a potencial falta de

caixa do Banco do Brasil (BB) nos EUA.

— A Câmara de Compensação em Nova York não fechava por causa do BB, daí criou-se um fundo de US\$ 400 milhões — lembrou Ernane Galvêas, ministro da Fazenda na época.

Mas o risco de calote perdurava. Anthony Solomon, presidente do Fed de Nova York, convocou uma reunião em seu apartamento na Park Avenue, em Manhattan, com os principais banqueiros dos EUA, o FMI e Volcker. Walter Wriston, presidente do Citibank, um dos maiores credores do país, disse que não mais ajudaria o Brasil. Técnicos do Fed convenceram-no de que a situação era "delicada demais para ações precipitadas". Temia-se que se o Citi retirasse os empréstimos, os demais bancos o seguiriam.

Superaço esse sufoco, a equipe econômica brasileira foi a Nova York em 20 de dezembro, ganhando sinal verde para negociar com o FMI. Foram convocados cerca de 50 bancos credores para uma reunião no Hotel Plaza. Ali, o governo informou-os de que recorreria ao FMI e pediu novos aportes, o que não fizeram na ocasião.

A escolha do Plaza era uma tentativa de mostrar solidez financeira. Mas, na verdade, a equipe se hospedava no Hotel Wentworth, porque era o que cabia nas diárias do governo. Para negociar com os credores, o governo custou a apurar a dívida exata com cada banco. Segundo Volcker, nem os credores sabiam quanto dinheiro tinham nos países latino-americanos. ●